

Boletim

CR/RR

FEVEREIRO/2019



AGENDA

APEOESP

FEVEREIRO

20

Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora e Dia Nacional de Mobilização contra a Reforma da Previdência

22

Reunião Ord. do CER

MARÇO

08

Dia Internacional da Mulher

12

Reunião Ord. de RRs

14

Manifestação "Justiça para Marielle"

22

Reunião do CER

29

Reunião do CNE/CNTE

CUT

FEVEREIRO

20

Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora e Dia Nacional de Mobilização contra a Reforma da Previdência

MARÇO

08

Dia Internacional da Mulher: Ato Unificado em São Paulo

20 a 23

Caravana das Mulheres para Vigília Lula Livre, em Curitiba

CNTE

FEVEREIRO

1 a 28

Campanha para início do ano letivo nas escolas

MARÇO

08

Dia Internacional da Mulher

21

Dia Internacional contra a Discriminação Racial

26

Reunião da Direção da CNTE

27 e 28

Seminário Org. e Financiamento Sindical/ Coletivo de Formação

29

Reunião do CNE – Conselho Nacional de Entidades

I. Conjuntura

Defender a aposentadoria, a democracia e os direitos

Com pouco mais de 45 dias da posse, governo Bolsonaro é uma sucessão de contradições, escândalos, conflitos, crises, factoides e, principalmente, ataques contra os trabalhadores, a soberania e o patrimônio nacionais.

Bolsonaro prepara um fortíssimo ataque contra a aposentadoria e a seguridade social. Após a publicação de uma suposta proposta de reforma da Previdência no jornal O Estado de S. Paulo, que definia a idade mínima para aposentaria em 60 anos para homens e mulheres, com um período de 19 anos para a transição dos atuais contribuintes, em 14/2 Jair Bolsonaro anunciou que essas idades serão de 62 anos para mulheres e de 65 para os homens, com um período de 12 anos. Alguns parlamentares da base do governo já declararam que haverá dificuldades para a aprovação da proposta, sobretudo devido ao curto período de transição.

Pouco mais se sabe sobre a proposta que será encaminhada ao Congresso Nacional, mas pelas declarações publicadas nos meios de comunicação, poderá haver aumento de alíquotas;

redução no valor de benefícios (para idosos e pessoas com deficiência); igualdade nas regras para trabalhadores rurais (desconsiderando sua situação específica e as dificuldades naturais de seu trabalho); fim da aposentadoria por tempo de contribuição; redução do valor da aposentadoria, desvinculando seus reajustes dos percentuais de revisão do salário mínimo; institucionalização da previdência complementar, a ser gerida por bancos; desconstitucionalização da previdência social, que poderá ser alterada a qualquer tempo por meio de leis complementares. Também proibirá o acúmulo de pensão com aposentadoria.

Como se pode ver, a proposta atinge de forma particular as mulheres (com a exigência de uma idade mínima elevada, de 62 anos), os trabalhadores rurais (que realizam um trabalho penoso e que em geral tem menor expectativa de vida, mas terão que trabalhar o mesmo tempo que os trabalhadores urbanos), e o funcionalismo público.

A transição mais curta, por outro lado, prejudicará os/as trabalhadores/as que hoje estão na ativa e que ainda não completaram 50 anos de idade, que serão obrigados a cumprir integralmen-

te as idades mínimas de 62 e 65 anos para se aposentarem.

Mobilização total e greve geral

Tão logo a proposta oficial seja divulgada, a APEOESP distribuirá à categoria uma análise detalhada, na forma de uma cartilha. Nosso Sindicato também deverá realizar uma webconferência para esclarecimento de toda a categoria, organizar atividades regionais, propor e participar de todas as mobilizações contra a reforma da Previdência e defenderá, em todas as instâncias da CUT, da CNTE e nas frentes populares, a greve geral para derrotar a proposta de Bolsonaro.

Já de início, participaremos da Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, em 20/2, na Praça da Sé, e, por meio da presidenta do Sindicato, professora Bebel, defenderemos a convocação da greve geral na reunião da Direção da CNTE, em 26/3.

No município de São Paulo, os servidores municipais estão em greve para reverter a reforma já aprovada em pleno final de ano (26/12) na Câmara Municipal. Entre outros pontos, a reforma aumentou a alíquota de contribuição de 11% para 14%. A APEOESP

está presente nessa luta por meio de seus dirigentes e associados que trabalham no Município e também com apoio político.

O governador de São Paulo, João Doria, também já anunciou que pretende aumentar a contribuição dos servidores públicos estaduais para a SPPREV de 11% para 14%, razão para que nos mobilizemos desde já, pois a reforma em âmbito federal lhe dará uma base legal mais sólida para esse ataque.

Entretanto, vamos apontar aqui alguns elementos preliminares.

Um ataque frontal ao direito de se aposentar

Em primeiro lugar, é preciso dizer que nenhuma reforma da Previdência pode ter como objetivo resolver problemas fiscais do Estado, seja em que esfera for. A Previdência tem como foco principal garantir qualidade de vida aos trabalhadores aposentados, após muitos anos de dedicação ao trabalho. Para isso os trabalhadores contribuem e é papel do Estado, de acordo com a Constituição, assegurar esse direito.

O que pode garantir segurança e efetividade ao sistema previdenciário, que atenda aos direitos e às necessidades dos trabalhadores, é que este possua uma ampla base de contribuintes, cujo volume de recursos arrecadados dos trabalhadores da ativa seja suficiente para sustentar os proventos dos

que se aposentam, assim sucessivamente. Para tanto, é necessário haver uma política econômica que induza ao crescimento da atividade em todos os setores, ampliando o nível de emprego formal, com a oferta de crédito e políticas de geração de renda que aumentem o consumo e, desta forma, contribuam para o giro da economia, num círculo virtuoso permanente.

Foi assim que os governos Lula e Dilma asseguraram anos de crescimento econômico em nosso país (que beneficiou também os aposentados), até que a combinação do acirramento da crise internacional com uma ofensiva golpista (paralisando as propostas do governo Dilma no Congresso Nacional e inibindo investimentos), mergulhou o país na situação que vivemos até o momento.

Outro fator importante de sustentabilidade do sistema previdenciário é a fiscalização e a cobrança dos grandes devedores empresariais. A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Previdência, no Senado Federal, apurou que as empresas privadas devem R\$ 450 bilhões à previdência social, sem que seja feito nenhum esforço efetivo para a cobrança desse débito. Isso representa quase metade de R\$ 1 trilhão que o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, diz querer economizar em dez anos com a reforma da Previdência e representa a quase totalidade de R\$ 500 bilhões

que seriam economizados com a nova proposta desenhada por Jair Bolsonaro.

Alguns pontos da proposta do governo

Ao analisar o que se chama de reforma da Previdência, deve-se prestar atenção no seguinte:

- a - Condições para conseguir se aposentar;
- b - Como será o sistema de custeio da Previdência;
- c - Quanto o(a) aposentado(a) vai receber;
- d - Qual a comparação do novo sistema com o sistema que vigora antes da reforma;
- e - Eventuais particularidades no novo sistema.

A primeira observação a ser feita é a de que o projeto retira da Constituição Federal as regras de aposentadoria, e as remete para Lei Complementar.

A previdência social no Brasil é parte de um tripé que compõe a Seguridade Social, instituído pela Constituição de 1988, e que consiste em: Previdência Social, Sistema Único de Saúde e Assistência Social. A Seguridade Social, de acordo com a Constituição, é um **“conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”**.

Portanto, o pressuposto da nossa luta é defender a conti-

nuidade da Seguridade Social no Brasil, lutando para que este conjunto de ações se mantenha como matéria constitucional, não aceitando que União, Estados, Distrito Federal e Municípios possam alterar a previdência ou qualquer outro elemento da Seguridade Social por meio de lei complementar.

A previdência social no Brasil é um sistema contributivo, devendo haver previsão de fundo de custeio para arcar com os gastos provenientes da concessão e manutenção de benefícios previdenciários. A proposta do governo Bolsonaro, segundo o que vem sendo divulgado pretende alterar esse sistema para o de capitalização, pelo qual cada trabalhador teria uma conta específica (administrada por fundos de pensão) e receberia, ao final, o valor possível de acordo com o rendimento dessa conta.

O Chile, que adotou esse sistema durante a ditadura militar de Pinochet, estuda revê-lo, tantos e graves foram os problemas sociais que causaram. Naquele país, o sistema previdenciário só atende 60% dos idosos, cuja maioria não recebe o suficiente para suas necessidades básicas, o que fez aumentar drasticamente o número de suicídios entre as pessoas de idade avançada. A maioria absoluta dos aposentados recebe até meio salário mínimo, sendo obrigados a contribuir com 10% de seu salário por pelo menos 20 anos.

A situação atual é catastrófica.

Os regimes próprios dos servidores públicos continuariam tendo o caráter de contributivo e solidário, podendo, além disso, haver também o chamado sistema de capitalização, para o custeio da previdência, que Bolsonaro pretende instituir também no Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Além disso, poderá existir sistema de contribuição extraordinária, para sanar déficit atuarial pelo qual o sistema possa passar. Seria uma espécie de rateio, que duraria enquanto fosse necessário.

Finalmente, até este momento não está claro que tratamento será dado a parlamentares e aos militares na proposta que Bolsonaro deverá apresentar. Há grande mobilização dos militares para que não sejam incomodados com a reforma ou que, pelo menos, suas regras específicas sejam muito mais brandas.

Como se vê, é uma reforma inaceitável, somente pelo que se conhece até o momento. Nossa reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER), portanto, deve se debruçar sobre este cenário, considerando todas as novas informações que até lá obtivermos, para traçar um calendário de mobilizações que possa contribuir efetivamente para impedir a aprovação no Congresso Nacional. E os cenários dessa luta são os locais de trabalho, as comunidades e as ruas de todas as cidades e da capital paulista.

Escândalos em série

Enquanto Bolsonaro trabalha na principal proposta de seu governo até o momento, uma crise de grandes proporções ocorre, envolvendo pessoalmente o presidente, seu filho Carlos, o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gustavo Bebianno, outros ministros e praticamente todas as principais lideranças parlamentares do governo.

De acordo com apuração do Ministério Público, o Partido Social Liberal (PSL), pelo qual se elegeu Jair Bolsonaro, utilizou-se de candidaturas “laranjas”, às quais foram destinados um total de R\$ 15 milhões, desviados para outras finalidades. No esforço de impedir que esse escândalo atinja o coração de seu governo e ele próprio, Bolsonaro rapidamente colocou toda a responsabilidade do ocorrido nas costas de Bebianno, que vem reagindo de forma ácida. No dia 14/2 ele teria declarado a um jornalista em Brasília: “Eu posso cair, mas se eu cair, o presidente cai comigo”.

Preocupados com impacto deste escândalo na tramitação da reforma da previdência, a ala militar da gestão Bolsonaro e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, vêm agindo no sentido de proteger Bebianno e evitar sua queda, o que poderia ter consequências imprevisíveis. No PSL, há um bate-cabeça público. De um lado, Alexandre Frota, a família Bolsonaro e outros agem

para derrubar Bebianno; de outro, o senador Major Olímpio, o ministro Onix Lorenzoni, a deputada federal Joice Hasselmann e a deputada estadual Janaina Paschoal dizem, cada um a seu modo, que não é hora de o Bolsonaro sair “cortando cabeças”.

Esse novo escândalo, de certa forma, deixa em segundo plano, no momento, as denúncias de ligações da família Bolsonaro com as milícias do Rio de Janeiro, as suspeitas de envolvimento no assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson e as movimentações financeiras fraudulentas. Movimentações essas que envolvem o ex-motorista de Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, inclusive com depósitos na conta corrente da mulher de Jair Bolsonaro, Michelle.

São tantos escândalos em apenas 45 dias que não seria possível tratar de todos eles neste Boletim. Ainda não é possível mensurar seus impactos na opinião pública, mas aparentemente o apoio dos eleitores a Jair Bolsonaro se mantém. Não é possível esperar que o noticiário, por si mesmo, mude esta realidade. Somente o diálogo com a população e, sobretudo, a organização e a mobilização em defesa da democracia e dos direitos poderá criar uma situação em que seja possível resistir aos ataques do governo Bolsonaro, que se dão em todas as áreas, com apoio da maioria que se formou no Congresso Nacional.

Avanço da direita

No novo Congresso Nacional, onde houve renovação na Câmara dos Deputados e no Senado, três bancadas informais foram fortalecidas: a bancada ruralista (ou do agronegócio) ganhou lugar na formação da nova equipe de governo, com a nomeação da deputada Tereza Cristina (DEM-MS) como ministra da Agricultura. O setor ruralista também ocupa o Ministério do Meio Ambiente, para o qual foi indicado o advogado Ricardo Salles, ex-secretário Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (governo Alckmin), réu na justiça paulista, um dos criadores do Movimento Endireita Brasil (MEB) e ex-diretor da Sociedade Ruralista Brasileira (SRB).

A bancada evangélica se fortaleceu com a eleição de um expressivo número de parlamentares. Com isso, ganha força a agenda conservadora, que inclui propostas como a farsa da Escola Sem Partido, que poderá provocar um enorme retrocesso na educação das crianças e jovens de nosso país. Entretanto, a matéria já foi considerada inconstitucional pelo ministro Roberto Barroso, do STF, cujo plenário deve manter esse entendimento. Finalmente, há a bancada da bala, que buscará implementar medidas que deverão aumentar o número de mortes e favorecer os interesses da indústria de armas. A primeira medida foi o

decreto de Bolsonaro liberando a posse de armas. O assunto se torna bem mais grave quando se sabe que o ministro da Justiça, Sérgio Moro, teria se reunido com representantes da indústria de armas Taurus antes da emissão do decreto.

Faz parte desse quadro a onda de ódio que resulta em ações de violência contra pessoas LGBTs, mulheres, indígenas, negros, ambientalistas, lideranças rurais e também contra aqueles que defendem posições contrárias ao que defendem Bolsonaro e seus aliados. Esse clima de ódio e ameaças levou, por exemplo, o deputado federal Jean Willys (PSOL) a renunciar ao mandato e deixar o país. Pode ter levado ao suicídio também a ativista dos direitos das mulheres Sabrina Bittencourt, uma das pessoas que denunciou o médium João de Deus por abusos sexuais que estão sendo investigados, cuja morte está ainda cercada de mistério, depois de ter sofrido ameaças.

O avanço conservador se fez presente na eleição de diversos governadores em todo país e reforça a necessidade de unidade dos setores progressistas e democráticos da sociedade num processo de resistência, mesmo porque parcela do poder judiciário vem legitimando ações que dão continuidade ao golpe que levou Michel Temer ao governo e que resultaram na eleição de Jair Bolsonaro, com apoio da grande mídia, que concorda com a agen-

da neoliberal de implementação do “Estado mínimo”.

Lula Livre é uma causa da democracia

É o consórcio golpista e seu braço no judiciário que estão no comando dos abusos de poder praticados contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com requintes de crueldade. Dias após ser impedido de comparecer ao velório de seu irmão mais velho, Vavá, Lula foi condenado pela suposta posse de um sítio em Atibaia a 12 anos e 10 meses de prisão, numa sentença cheia de irregularidades da juíza substituta de Sérgio Moro. Gabriela Hardt proferiu a sentença a poucos dias de ser substituída pelo juiz efetivo, para que o mesmo não pudesse decidir sobre o caso.

Hardt condenou Lula por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, supostos crimes pelos quais já havia sido condenado no processo anterior, o que é ilegal. Também utilizou trechos inteiros da sentença anterior, de Sérgio Moro, relativa à suposta propriedade do “tríplice” do Guarujá.

Fica clara a intenção de manter Lula como refém dos golpistas, como preso político, pois não existe nenhuma prova dos supostos crimes pelos quais vem sendo condenado. E Lula é preso político por expressar a luta dos trabalhadores e da

população pelos seus direitos e um projeto de país com soberania, democracia, participação popular, desenvolvimento econômico, distribuição de renda e justiça social. Defender Lula, portanto, é mais que defender o maior líder popular do nosso país: defender Lula é defender um projeto de nação.

Assim, Lula Livre é uma causa dos trabalhadores, dos democratas, do povo brasileiro, mais que uma simples frase de efeito. Essa luta precisa se traduzir em iniciativas concretas, por meio dos comitês que formamos nas regiões e que devem articular nossas lutas específicas com a defesa da democracia, da liberdade para Lula, dos direitos e pelo direito à aposentadoria, contra a reforma da previdência.

A população não está corretamente informada sobre o que ocorre com Lula. Ela recebe as versões distorcidas que são difundidas pela mídia e pela direita. É preciso dialogar com paciência, mostrar fatos e apresentar dados. Estar nas ruas é a melhor maneira de lutar pela libertação de Lula.

Em Brumadinho não houve tragédia, houve um crime

As posições defendidas pelo atual governo de mudanças de regras para facilitar ações do agronegócio em terras que hoje são reservas ambientais, reservas indígenas ou terras quilombolas já

vinham provocando forte reação internacional, tendo em vista a importância do Brasil no equilíbrio ambiental mundial, dado o tamanho de seu território, em especial da região amazônica.

Neste sentido, o rompimento da barragem de Brumadinho, com a morte de um número ainda incerto de vítimas, mostra a necessidade de políticas públicas, políticas de Estado que regulamentem a questão ambiental e preservem tanto a segurança ambiental, as condições de segurança da população, mas também que considerem a importância estratégica de nossas riquezas.

O crime de Brumadinho, como antes o de Mariana, resultam da política de “desregulamentação” defendida pelo novo governo, para facilitar a ação empresarial predatória. Por isso, nós, da APEO-ESP, em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras entidades e movimentos, estamos empenhados em denunciar e lutar para que esse crime não fique impune e para que medidas preventivas sejam adotadas em relação às barragens, sobretudo no estado de São Paulo.

Sabe-se que existem pelo menos 24 mil barragens no Brasil sendo que apenas 780 foram vistoriadas em 2018. No estado de São Paulo este número é incerto, razão pela qual reiteramos aos conselheiros/as e às subsedes a necessidade de

que informem pelo email presiden@apeoesp.org.br todas as barragens conhecidas em suas regiões, para que possamos contribuir com o mapeamento do MAB.

A título de exemplo, citamos

o caso da barragem de Salto Grande, em Americana, da qual não se conhecem as condições de segurança e que representa um grave risco potencial para Americana, Limeira, Piracicaba e todas as cidades da região.

No dia 25/2, às 18 horas, participaremos da audiência pública sobre a segurança nas barragens que será realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo e convidamos as subsedes a estarem também presentes.

II. Campanhas

Como vimos, a principal campanha da APEOESP, como de todos/as os/as trabalhadores/as é a luta contra a reforma da Previdência. Entretanto, temos uma extensa pauta em defesa dos nossos direitos específicos e da escola pública.

Na educação, uma coleção de disparates para disfarçar ataques profundos

Na área da educação, Bolsonaro pretende desregulamentar o máximo possível para facilitar a privatização e a militarização das escolas e a retirada de direitos dos profissionais.

A equipe atual do MEC é composta por despreparados. Também é composta por militares em alguns postos chave. O projeto de militarização vem sendo desenhado para começar com uma ou duas escolas por estado, mas a tendência é de ampliação.

O ministro Veléz Rodriguez emite declarações estapafúrdias a cada momento e já colocou em

seu currículo que escreveu livro em parceria com o francês Jacques de Tocqueville, que morreu em 1859. Porém, os projetos do governo Bolsonaro para reduzir as verbas para a educação são bem concretos, acabando com as vinculações constitucionais, retirando direitos dos professores, acabando com os concursos públicos e com o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), instituindo cobrança de mensalidades nas universidades públicas, o “voucher” na educação básica, encaminhando estudantes para escolas particulares com verbas públicas e outros.

O discurso contra o “marxismo cultural” não passa de uma cortina de fumaça para que a sociedade não veja o que interessa: a educação pública será entregue na bandeja para o mercado, seja por meio dos “vouchers”, de consultorias, gestão privada e da simples privatização.

Somente nossa luta cotidiana, organizados em nível nacional pela CNTE e aqui no estado de São Paulo pela APEOESP, em

parceria com a sociedade, poderá barrar esses projetos, que já começaram a caminhar, sob o manto da desinformação.

Nenhuma disciplina a menos!

Em São Paulo, devemos centrar esforços em impedir que a reforma do ensino médio seja implementada de forma a eliminar ou reduzir disciplinas. Sim, área de conhecimento pode representar um avanço, mas ela não pode ser implementada extinguindo disciplinas; ao contrário, só é possível haver área de conhecimento e interdisciplinaridade se houver disciplinas muito bem estruturadas e aprofundadas em seus respectivos conteúdos e formação adequada para que os professores possam promover a necessária articulação em cada área do conhecimento.

Não aceitaremos, em hipótese alguma, a adoção do “notório saber” para a contratação de professores e vamos à luta para que a parte diversificada do cur-

rículo não seja entregue a grupos privados, por meio da educação a distância, com projetos e temáticas que em nada contribuam para a formação de nossos estudantes.

Estamos na luta pelo reajuste salarial

Na reunião realizada em 8/2, a Diretoria Executiva da APEO-ESP definiu propostas para a questão salarial que devem ser debatidas e votadas na reunião do Conselho Estadual de Representantes em 22/2.

Sobre a questão salarial, a Executiva levou em consideração que, em janeiro, o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) foi reajustado em 4,17%. Com isso, aumentou a defasagem entre nosso salário base e o PSPN. Parte dessa defasagem está contida no reajuste de 10,15% (retroativo a janeiro de 2017), pelo qual estamos lutando junto ao governo do Estado e ao Supremo Tribunal Federal (STF), tendo em vista que vencemos em todas as instâncias, mas o STF "travou" o pagamento.

Além dos 10,15%, para recuperarmos parte do poder de compra dos nossos salários ao patamar de julho de 2014, precisamos de mais 14,54% de reajuste, sempre trabalhando na perspectiva do cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação, que define a equiparação de nossos salários à média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior. Isto significa

discutir com a Secretaria da Educação uma verdadeira política salarial para o Magistério, da ativa e aposentados.

Desta forma, a Diretoria Executiva decidiu propor para o debate na categoria a reivindicação de reajuste imediato de 14,54%, além de prosseguirmos a luta pelo pagamento dos 10,15%.

Calendário:

Dia 8/3 – Dia Internacional da Mulher – as subsedes da APEOESP devem organizar a participação nos atos locais e, dentro das possibilidades, participar do ato centralizado em São Paulo. Novas instruções serão enviadas. O tema é "Mulheres contra Bolsonaro! Vivas por Marielle! Em defesa da previdência, da democracia e dos direitos!"

Dia 12/3 – terça-feira - reunião de Representantes de Escolas/Representantes de Aposentados

Dia 22/3 – sexta-feira - reunião do Conselho Estadual de Representantes; indicativo de assembleia estadual dos professores, seguida de ato a favor da educação sem censura

Dia 26/3 – terça-feira – reunião da CNTE – APEOESP irá propor organização da greve geral

Abertura/desmembramento de classes é prioridade

Matéria paga veiculada pela APEOESP no dia 7/2 fez um cha-

mamento aos pais dos estudantes para que exijam vagas nas escolas estaduais, não apenas no ensino regular, mas também na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Estado continua fechando e superlotando classes. Recebemos informações de 19 regiões até o momento, totalizando por enquanto 273 classes fechadas. Uma projeção linear indicaria o fechamento de pelo menos 1.300 classes em todo o estado, mas o número pode ser maior. Assim, teremos mais de 10 mil classes fechadas na rede estadual de ensino em 5 anos.

É fundamental que tomemos iniciativa nas regiões para chamar a população, mapear a demanda e exigir das diretorias de ensino a abertura de classes. Também devemos exigir o desmembramento das classes superlotadas, pois é impossível ministrar aula de qualidade para 42, 45, 50 ou mais estudantes numa só classe.

Reiteramos aos diretores/as, conselheiros/as e subsedes que enviem os dados sobre classes fechadas para presiden@apeo-esp.org.br com a maior urgência possível.

Convocação de PEB II e PEB I

Lutamos e conseguimos a convocação de Professores de Educação Básica I para escolha de 3.230 vagas nas escolas estaduais. A escolha ocorrerá em 7 polos, apesar de nossa insistência para

que fosse uma escolha estadual. A SEE alega que o concurso foi regionalizado e que é obrigada a fazer a escolha apenas nos polos para os quais realizou-se o concurso. Assim, é previsível a necessidade de um novo concurso de PEB I, pois há regiões em que faltam professores efetivos. Estamos de olho e queremos que seja estadual e classificatório.

Em relação a PEB II, o governo do Estado inscreveu em nossa ação civil pública que aceita fazer um acordo para convocar concursados para as 15 mil vagas previstas no edital de 2013 e não preenchidas. Há uma audiência pública de conciliação agendada para 20 de fevereiro e estamos confiantes de que sairemos de lá com essa questão resolvida. Neste caso também a SEE afirma que não pode realizar uma chamada estadualizada, pois o concurso foi realizado por polos.

Estamos insistindo para que, havendo ainda vagas, as pessoas possam escolher as regiões nas quais querem trabalhar e onde há reconhecida necessidade de PEB I.

Também é previsível que seja necessário outro concurso de PEB II, pois deve haver grande número de aposentadorias em 2019.

Nova lei para contratação de professores temporários (categoria O)

Lembramos que o Tribunal

de Justiça de São Paulo, por meio de acórdão, considerou inconstitucional o artigo 1º da Lei Complementar 1093/2009, inviabilizando essas contratações na forma atual.

Foi possível recontratar 8.500 professores cujos contratos venceram em 2015 graças à nossa luta e à liminar concedida pelo presidente do STF, ministro Dias Tofoli.

Lutamos para que uma nova lei de contratação seja enviada para a Assembleia Legislativa, cumprindo o que determina a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação (PEE). Para nós, e já comunicamos isto ao secretário da Educação, as normas devem ser as que constam na Lei 500/74, que regula a Admissão em Caráter Temporário, assegurando todos os direitos, como manda o PEE.

Queremos a revogação da Resolução 1/2019

Conforme encaminhamento aprovado no Encontro de Coordenadores Pedagógicos, Mediadores, Professores que atuam nas salas de leitura e Vice-Diretores que atuam no programa Escola da Família, a APEOESP comunicou ao secretário sua posição contrária à Resolução SE 1/2019, porque ela desvia esses profissionais de suas funções (cada uma delas importante para as escolas) para que ministrem aulas, em vez de contratar mais professores eventuais

ou permitir mais oportunidades para os docentes temporários assumirem aulas.

A posição externada pela SEE é a de que a Resolução 1/2019 é aplicável em casos excepcionais e emergenciais, porém isto não muda a nossa posição. Assim, a APEOESP ingressou com ação judicial pela revogação da citada Resolução. Além disso, orienta que todo/a profissional que for desviado/a da função para a qual está designado/a por força dessa Resolução procure o departamento jurídico da APEOESP.

Acordo para o pagamento da atualização monetária da promoção por mérito 2015

Conforme publicado no APEOESP Informa Urgente nº 10 de 2019, nosso Sindicato fez um acordo para pagamento da atualização monetária da promoção por mérito de 2015.

Em 10 de junho de 2016, a APEOESP ajuizou ação civil pública para cobrar a implantação do pagamento da promoção de mérito e o pagamento das parcelas atrasadas, já que a promoção deveria ser paga a partir de julho de 2015.

As provas do concurso de promoção de mérito do ano de 2015 foram realizadas em 23 e 30/08/2015 e o resultado final foi divulgado no Diário Oficial de 4 de dezembro de 2015.

Em razão da luta da APEOESP

para o pagamento da promoção, o governo publicou no Diário Oficial de 16 de abril de 2016 a promoção dos aprovados, mas não havia previsão da data para a implantação em folha de pagamento.

Diante da ausência de informação quanto à data do pagamento, a APEOESP ingressou na Justiça Estadual (Processo nº 1025897-92.2016.8.26.0053 da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo), pois os professores aprovados tinham o direito de receber a partir de julho de 2015.

Após o ajuizamento da ação, o governo implantou o pagamento da promoção em folha a partir do mês de julho de 2016 (data de pagamento de 05/08/2016) e pagou os valores atrasados do período de julho de 2015 a junho de 2016 em folha de pagamento em doze parcelas mensais, a partir do mês de julho de 2016.

Entretanto, os valores atrasados não foram pagos com a correção monetária, razão pela qual foi dado prosseguimento na ação em relação a essa parte.

Em audiência de conciliação realizada na 9ª Vara da Fazenda Pública, foi firmado um acordo entre a APEOESP e o Estado de São Paulo para pagamento direto em folha do valor da correção monetária das parcelas atrasadas, cujo depósito deverá ocorrer até o quinto dia útil do mês de maio de 2019, sob pena de incidência de multa de dez por cento e juros de mora.

O acordo contempla 15.907 professores que foram aprovados no concurso de promoção do ano de 2015 e a lista com os nomes está divulgada no portal da APEOESP (www.apeoesp.org.br).

O professor, aprovado no concurso de promoção do ano de 2015, que não estiver na lista ou que vier a receber valor diverso do divulgado ou menor do que era devido deve entrar em contato com a APEOESP para as providências necessárias.

Encaminhamentos:

- ➔ 20/2 – 10 horas – Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora – Praça da Sé (as subdes da Capital e Grande São Paulo receberão orientações).
- ➔ 22/2 - Reunião do CER
- ➔ 25/2 – 18 horas – Participar da audiência pública sobre segurança nas barragens - Alesp
- ➔ 08/3 - Participar do Dia Internacional da Mulher com delegações nas regiões e no ato centralizado em São Paulo. O tema é “Mulheres contra Bolsonaro! Vivas por Marielle! Em defesa da previdência, da democracia e dos direitos!”
- ➔ 12/3 – Realizar reuniões de Representantes de Escolas/Representantes de Aposentados.
- ➔ 14/3 – Participar das manifestações “Justiça para Marielle”.
- ➔ 22/3 – Reunião do Conselho Estadual de Representantes; indicativo de assembleia estadual dos professores

- ➔ 22/3 – Após a assembleia, ato público em defesa da Educação sem censura.
 - Realizar webconferência sobre a reforma da Previdência
 - Reunir e programar atividades dos comitês nas regiões:
 - Contra a reforma da Previdência
 - Em defesa da democracia
 - Lula Livre
 - Organizar aulas públicas, debates, mobilizações, panfletagens e outras atividades sobre a reforma da Previdência nas regiões, nas escolas, nas cidades. Sede Central encaminhará uma cartilha e outros materiais sobre o assunto
 - Debater com a categoria a perspectiva da greve geral contra a reforma da Previdência
 - Debater com a categoria a perspectiva da greve em defesa do reajuste salarial
 - Realizar levantamento da demanda por ensino regular e EJA e mobilizar a comunidade para pressionar as Diretorias de Ensino pela abertura/reabertura/desmembramento de classes
 - Encaminhar à Sede Central (presiden@apeoesp.org.br) levantamento de classes fechadas
 - Encaminhar à Sede Central (presiden@apeoesp.org.br) levantamento das barragens existentes na região

Boletim

CR/RR

FEVEREIRO/2019



expediente

Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral

Sílvio de Souza
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Stenio Matheus de Moraes Lima
Secretário de Comunicações Adjunto

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Stenio Matheus de Moraes Lima
Leandro Alves Oliveira
Sílvio de Sousa
Rita de Cássia Cardoso
Richard Araújo
Fláudio Azevedo Limas
Miguel Noel Meirelles
Francisco de Assis Ferreira
Paula Cristina Oliveira Penha

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeoesp.org.br
secgeral@apeoesp.org.br

Praça da República, 282
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125
CEP 01045-000 • Capital, SP

DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2017/2020

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidenta: Maria Izabel Azevedo Noronha; Vice Presidente: Fábio Santos de Moraes; Secretário Geral: Leandro Alves Oliveira; Secretário Geral Adjunto: Sílvio de Souza; Secretário de Finanças: Fláudio Azevedo Limas; Secretário de Finanças Adjunto: Miguel Noel Meirelles; Secretário de Administração: Odimar Silva; Secretária de Administração Adjunta: Maria José Carvalho Cunha; Secretária de Patrimônio: Tereza Cristina Moreira da Silva; Secretário de Patrimônio Adjunto: Luiz Gonzaga José; Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais: Francisca Pereira da Rocha Seixas; Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto: Ezio Expedito Ferreira Lima; Secretário de Comunicações: José Roberto Guido Pereira; Secretário de Comunicações Adjunto: Stenio Matheus de Moraes Lima; Secretária de Formação: Zenaide Honório; Secretário de Formação Adjunto: Paulo José das Neves; Secretário de Política Sindical: Moacyr Américo da Silva; Secretária de Política Sindical Adjunta: Ozani Martiniano de Souza; Secretário de Legislação e Defesa dos Associados: Francisco de Assis Ferreira; Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta: Paula Cristina Oliveira Penha; Secretária de Políticas Sociais: Rita de Cássia Cardoso; Secretário de Políticas Sociais Adjunto: Richard Araújo; Secretária para Assuntos do Aposentado: Floripes Ingracia Borioli Godinho; Secretária para Assuntos do Aposentado Adjunta: Ana Lucia Ferreira; Secretária para Assuntos da Mulher: Suely Fátima de Oliveira; Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta: Rosa Maria de Araújo Fiorentin; Secretária para Assuntos Municipais: Nilceia Fleury Victorino; Secretário para Assuntos Municipais Adjunto: Tales Amaro Ferreira; Secretária Geral de Organização: Cilene Maria Obici; Secretário de Organização da Capital: Fábio Santos Silva; Secretário de Organização da Grande São Paulo: João Luis Dias Zafalão; Secretária de Organização do Interior: Maria de Lourdes Rafael e Souza; Secretária de Organização do Interior: Sonia Maria Maciel; Secretário de Organização do Interior: Jorge Leonardo Paz; Secretário de Organização do Interior: Sérgio Martins da Cunha

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar de Assis Camelo; Alfredo Andrade da Silva; Altair de Oliveira Gomes; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Carolina Correia; Ana Lúcia Santos Cugler; Ana Lúcia Viana; Ana Paula Cordeiro Santos; Anatalina Lourenço da Silva; Andreia Oliveira de Souza Soares; Antônio do Vale; Antonio Gandini Junior; Antônio Gerônimo; Antônio Jovem de Jesus Lima; Ary Neves da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Cauê Vieira Campos; Cláudia Cristina Alves de Souza; Claudio Juhrs Rodrigues; Claudio Luiz Alves de Santana; Débora Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna Azevedo Fernandes; Eliane Aparecida Garcia; Emanuel Duarte; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida da Silva Faria Galvão dos Santos; Felipe Brilhante Maropo; Flávia Bischain Rosa; Geraldo Cesar Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; João Batista Silva dos Santos; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfim Ferreira do Prado; Jose de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luis Antonio Nunes da Horta; Luiz Claudio de Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Mara Cristina de Almeida; Marcella de Campos Costa; Marcos César Luiz Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichiole Pires; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Licia Ambrosio Orlandi; Maria Regina de Souza Sena; Maurício Cavalcante dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberta Maria Teixeira de Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronald Torelli; Rui Carlos Lopes de Alencar; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vanessa Silva Rute; Vania Pereira da Silva; Vera Lucia Zimberger; Waldir Siqueira; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonialli